

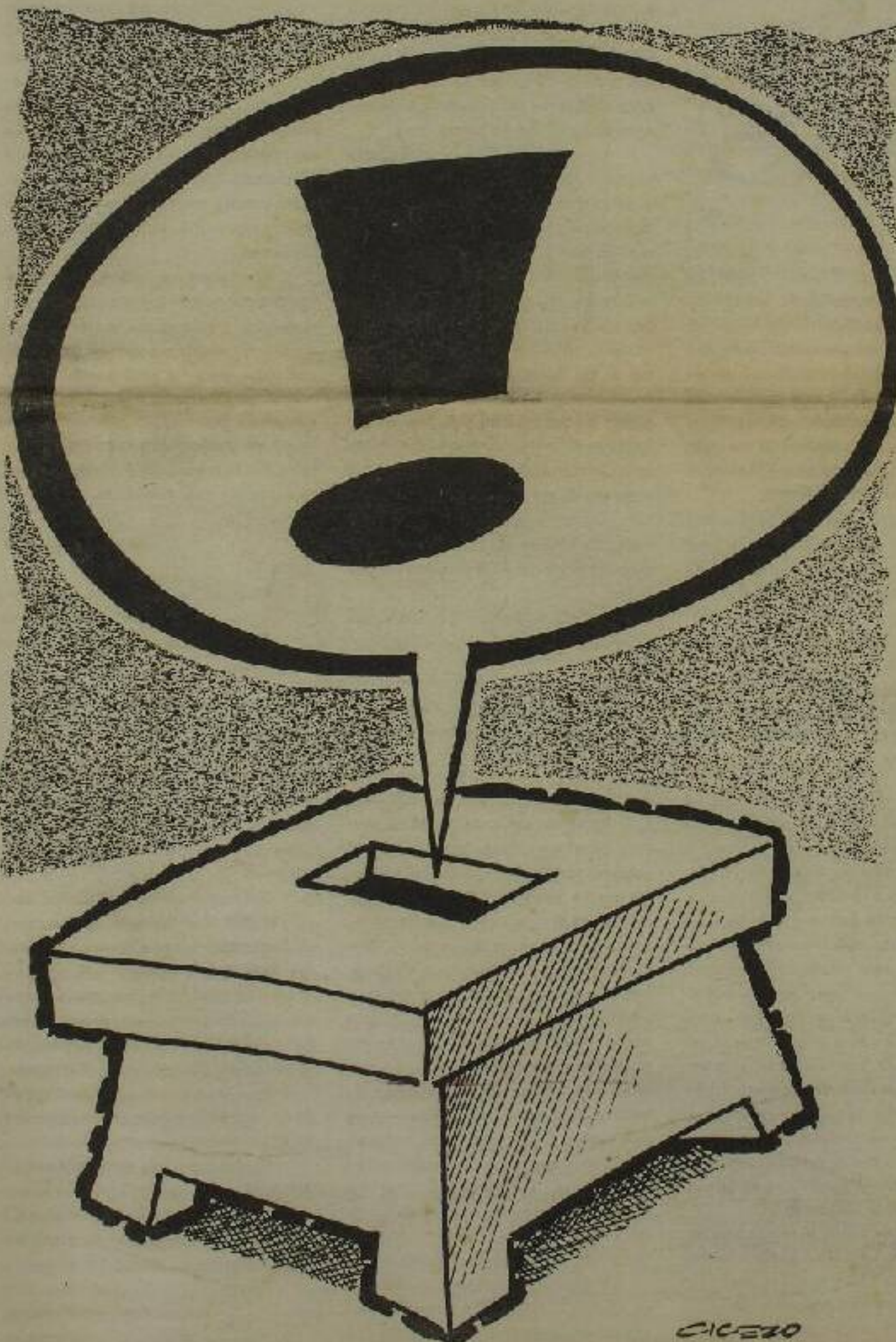


SERPAJ BRASIL

31 OUT 1994

JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

ANO XIII - Número 27 - OUTUBRO DE 1994 - ÓRGÃO INFORMATIVO DO SERPAJ/BRASIL



e sta edição do Justiça e Não-Violência chega às mãos dos leitores logo após o encerramento das eleições de 03 de outubro de 1994. Um olhar rápido sobre o processo eleitoral e o nível de participação popular, efetivada através do voto, levanta alguns questionamentos sobre este instrumento democrático.

A democracia formal sem o direito do voto não permite que a população escolha quem ela quer como poder executivo e legislativo. Neste sentido, as eleições permitiram ao povo expressar sua opinião a respeito da política e dos políticos.

Há porém, algumas questões relevantes para o fortalecimento da democracia que não podem ser colocadas de lado. Destacam-se as principais: o alto índice de abstenções, de votos nulos e de votos em branco, a obrigatoriedade do voto e a utilização do poder para indicar candidatos de interesse das elites.

Democracia sub-entende participação livre, consciente e crítica, onde cada cidadão expressa opiniões, ideias, propostas e alternativas à realidade sócio-político-econômica. Portanto, a obrigatoriedade do voto é uma contradição ao princípio da liberdade.

Para não sofrer as represálias advindas do fato de não ter votado, o cidadão brasileiro tem expressado sua opinião sobre a política aprovando mais sagern nas cédulas ou simplesmente deixando-as em branco. Seria importantíssimo para o amadurecimento da democracia que as mesmas fossem lidas e analisadas. Talvez este fato signifique que as pessoas querem manifestar-se através de outros meios, de outros instrumentos, seja protestando ou contribuindo. Uma classe política que tem medo do protesto, da liberdade de expressão e da rebeldia é porque está escondendo algo. Apesar de que nada está escondido literalmente, pois, todos já conhecemos o grau de corrupção, de impunidade e de favorecimentos que acontece nas instâncias políticas do Estado.

Ao povo pobre e miserável é dado um papel de submissão, obediência e aceitação passiva da tragédia feita de respeito ao ser humano. Aos políticos é dado o falso papel de salvadores da pátria e únicos capacitados para levar a sociedade ao desenvolvimento social e político.

Nos parece que o momento é de reflexão e busca de novas alternativas de participação popular. O povo precisa propor e atuar nas resoluções dos problemas como saúde, reforma agrária, moradia, escola, distribuição de renda, etc. Alguns poderiam dizer que isto é mera utopia, porém, sem ele o futuro continuará sendo das elites, dos poderosos e dos enriquecidos à força de trabalho dos outros.

CICERO

A auto-gestão e o voto

O processo de democratização vivido pelos países da América Latina nos últimos anos tem se baseado no direito ao voto e na existência de partidos políticos que têm assumido o Estado. E este, conforme os ideais da ética política, deveria significar uma estrutura de serviço ao bem comum, funcionando com o apoio do partido ou do candidato vencedor no processo eleitoral. O que constatamos, infelizmente, é que há deficiências no que diz respeito ao compromisso fundamental de servir à população.

O direito ao voto é o mais expressivo mecanismo da chamada democracia formal, pelo qual o cidadão tem a possibilidade de declarar sua opinião e escolher seus representantes. Cada indivíduo é diferente, diverso, com dons e práticas distintas e o direito ao voto demonstra um avançado grau de respeito à igualdade de participação. Porém, limitar a participação do povo a este mecanismo é limitar a de-



mocracia e a política como bem comum. É ilusão pensar que o simples ato de votar poderá imprimir algum tipo de transformação real e ajudar no desenvolvimento da sociedade. Enquanto não houver uma mudança de valores e de consciência, as eleições carecerão de importância, permitindo que os mais espertos manipulem este instrumento em favor de seus interesses.

O segundo aspecto do sistema eleitoral é a existência dos partidos políticos. Conforme os princípios da não-violência, os partidos transmitem um falso espírito de segurança às pessoas. Aos partidos é dado todo o poder

para decidir, ou seja, devem fazer tudo que for possível pelo povo. Este, consequentemente, não pode defender-se, não pode administrar a justiça, não pode ocupar-se de seus próprios problemas. Os discursos dos candidatos deixam isto bem claro na medida em que prometem fazer isto, fazer aquilo, etc. Dando todo o poder aos políticos o povo dá as costas às suas responsabilidades de auto-gerir e democratizar a política do bem comum.

É importante que a sociedade passe a discutir uma nova forma de organização política, onde prevaleça a auto-gestão e a democracia plena. A auto-gestão pressupõe a socialização das terras, das empresas, o fim dos exércitos armados e a criação de forças de paz ou de auto-defesa não-violenta, a utilização de uma filosofia e de uma prática educativa libertadora e não alienadora, um poder político com participação da sociedade organizada seja por conselhos populares ou por outra forma mais abrangente. Na medida em que esta tarefa for assumida por todos e não somente pelos políticos, transformações concretas poderão acontecer.

Quanto ao Estado, podemos afirmar que ele tem apenas possibilitado o

enriquecimento de algumas pessoas, de algumas empresas e dos políticos. A corrupção que permeia o Estado - permitida pelas falhas em suas leis, pela impunidade, pelo favorecimento econômico dos grandes grupos econômicos e políticos - gera um descrédito quanto à sua viabilidade e importância para o bem comum. O Estado não é uma instância autônoma, que caminha pelos próprios pés. Há um chefe, há uma ordem que determina suas atuações. E este se mantém dirigindo os demais pela obediência ou, em casos mais extremos, pelo uso de meios violentos, autoritários e fraudulentos.

Em todos os casos, por mais importante que os Estados sejam para o avanço da democracia, necessitam de novos valores e posturas. O principal deles está na auto-gestão, onde todos, sem exceção, poderão opinar e participar. Do contrário, qualquer sistema que limita e oprime sempre eliminará os meios para a rebelião não-violenta e o gosto pela liberdade.

Norberto Chemin

Bibliografia: A Ilusão da liberdade do Sufrágio, de Lanza del Vasto. O Sistema Eleitoral, de Vinoba Bhave.

Flores da primavera... E os frutos?

Eleições 94. Éta país bonito, mas duro de levar, esse nosso. É primavera e nós esperando as flores que depois darão frutos. Vamos votar pra Presidente, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Já faz tempo que nós tentamos escolher direito "as flores" para que elas nos deem bons frutos. Será que temos mesmo condições de escolher direito? Que informações conseguimos sobre os candidatos para fazer a boa escolha?

Em primeiro lugar vivemos num grande país com um povo bom e trabalhador, mas um povo que tem pouca ou quase nenhuma informação. A maioria da população, ou não sabe ler, ou nunca lê nada. Entre os países da América o Brasil tem um dos menores índices de leitura de jornais, por exemplo.

E quais jornais? Os jornais que são controlados pelos donos de tudo.

Jornais que distorcem notícias, onde trabalham muitas vezes jornalistas presunçosos, donos da verdade, mas descomprometidos com ela. Como a maioria da população não tem acesso a jornais e revistas, a informação que realmente atinge a população é aquela divulgada pelo rádio e, principalmente, pela televisão. Somando tudo, jornais, revistas, rádio e televisão, um pequeno grupo de nove famílias comanda a comunicação no país. Quando "essa pessoal" se acerta para fazer uma determinada campanha de divulgação ou de difamação de um candidato, por exemplo, sai da frente que lá vai balal! Será que dá pra escolher direito os candidatos debaixo dessa massacre?

Que televisões e rádios são estas? No Brasil o rádio e a televisão são concessões públicas. É um serviço público como o de ônibus: a Prefeitura escolhe uma empresa para prestar o

serviço. Se a população é bem atendida a empresa continua, se "não" troca-se.

As ondas elétricas por onde passa o sinal que transmite o som e a imagem são um bem público. De acordo com a nossa Constituição serão concedidos a pessoas que poderão explorá-las atendendo a alguns princípios como: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Não é bem isso o que vemos nos rádios e nas televisões brasileiras. E não acontece nada com estas emissoras. Deitam o rodam na safadeza e o governo não toma providências. E por que o governo não faz nada? Por que isso não lhe interessa.

E a quem pertencem as rádios e as TVs? Pertencem a grandes empresários e pertencem aos políticos

da elite que ganharam as concessões para apoiar o governo. Pertencem àqueles que mandam na sociedade e no governo. São sempre os mesmos.

Aliás, é muito interessante observar que no Programa de Governo do candidato "chapa branca" Professor Fernando Henrique não há nenhuma referência à questão das comunicações (nem sobre dívida externa). Também não precisava ter. O atual governo, do qual Fernando Henrique, se ganhar, será a continuidade, considera que está tudo bem na área. Nada a ser alterado.

Por isso amigos, é preciso saber distinguir bem as flores e eleitores das flores verdadeiras. É primavera. O Brasil é muito lindo. Muita atenção ao compor o seu buquê.

Carlos Eduardo Zanatta
Jornalista

General admite torturas na época da repressão militar

O depoimento do general Ayr Flúza de Castro, que foi chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), um dos mais ativos braços de combate do regime militar, mereceu todo o nosso repúdio.

Flúza é um graduado oficial do exército brasileiro que, pela primeira vez, admite a tortura como medida eficaz para os interrogatórios. Disse: "...quando não se tem tempo ou se desiste do interrogatório ou se aplica métodos violentos". Mas, isto não é tudo. Além da justificação para o método de interrogatórios, o general disse, com todas as letras, que acredita na

tortura "...em certas circunstâncias" e que para a obtenção de informações imediatas, é aconselhável "uma certa dose, pelo menos, de tortura psicológica, como sugeriam: botar o sujeito em numa cela com uma cobra".

O DOI-Codi era um dos ramos do aparato repressivo das Forças Armadas para enfrentar um bando de pessoas, a maioria universitários, que se aventurou pela luta armada. Um sistema montado por verbas secretas, cujo montante até hoje não se conhece. A desproporção entre os dois exércitos era tão grande que arranca um suspiro do general Flúza: "Foi a mesma coisa

que matar uma mosca com um pilão".

Momento marcado pela distância do tempo, declarações como estas parecem proporcionar prazeres ao general e podem dar a dimensão da tormenta dos prisioneiros mantidos sob o controle de oficiais como Flúza. O sarcasmo do general aumenta o pranto dos amigos e parentes dos mortos e desaparecidos durante a ditadura. Segundo dados produzidos pelo grupo Tortura Nunca Mais, existem 144 pessoas desaparecidas no país. Provavelmente, mortas.

Fonte: Vozes da Paraíba 07/08/94

PMs expulsam sem-terras no RN

O SERPAJ/Brasil recebeu, através da CUT, a seguinte denúncia dos trabalhadores sem terra do Rio Grande do Norte:

Namãhã da terça-feira, dia 20 de setembro, 60 famílias de trabalhadores sem terra que estavam acampadas no leito de uma estrada vicinal que liga a RN120 com diversas comunidades rurais, no município de Bento Fernandes, foram despertadas pela presença da polícia militar. Numra ação coordenada e executada militarmente, cerca de cem policiais militares, inclusive guarnições da METROPOL (contingente que atua na repressão ostensiva na capital do estado, equivalente à ROTA, de São Paulo), ocuparam a área e depredaram os barracos onde as famílias se encontravam. Portando armas de alto calibre e munidos de uma ordem de despejo, subscrita pelo juiz da Comarca de João Câmara, Ibanez Montalvo da Silva, os policiais militares, comandados pelo fazendeiro Magno Barreto, ordenaram às famílias que retirassem os bens essenciais dos seus barracos, apreenderam todos os instrumentos de trabalho, como foices, enxadas, facas, serrotes, etc, destruíram completamente os humildes alojamentos e foçadas e chutes, e expulsaram os trabalhadores.

O clima na região do Mato Grande, onde estão concentrados os maiores acampamentos e assentamentos dos sem terra, continua tenso, segundo informam os trabalhadores, a disposição manifestada pela polícia militar é de ficar na área mais 15 dias, apesar do secretário de segurança pública ter afirmado que "não havia nenhuma ação militar planejada para a área". Os trabalhadores sem terra, em contrapartida, permanecem na firme deliberação de lutar por terra para trabalharem e por uma reforma agrária ampla, que resolva definitivamente a grave situação econômica e social que os aflige.

Mulheres lutam por seus direitos

As mulheres brasileiras estão, cada vez mais, lutando por seus direitos e reivindicações. Às vésperas das eleições presidenciais, o Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher (FNPCCDM) entregou aos candidatos documento apresentando as propostas para assegurar e ampliar as conquistas femininas. O documento foi aprovado no final do seminário nacional "Políticas Públicas sob a Ótica do Gênero", realizado em Brasília, com a participação de militantes de todo o país e sob a coordenação do FNPCCDM.

Na introdução, o documento chama atenção para o fato de as mulheres constituírem 51,5% da população e 52% do eleitorado, além de representarem hoje 40% da força de trabalho do País. Entretanto, elas continuam sofrendo todo tipo de discriminação e sem poderem exercer sua cidadania plena.

"Não há como falar em igualdade social, democracia e participação enquanto mulheres permanecem exercendo dupla jornada de trabalho, ganhando metade dos salários dos homens, sendo alvo dos mais diversos tipos de violência, tanto doméstica quanto pública, não podendo exercer livremente os seus direitos reprodutivos ou não podendo sequer decidir sobre o seu próprio corpo...", conclui o documento.

Entre as propostas reivindicadas

estão a criação de uma secretaria ligada à Presidência da República, com status ministerial, destinada a coordenar, elaborar, implementar, monitorar e fiscalizar as políticas públicas para as mulheres; criação de grupos de trabalho nos ministérios, ou instâncias específicas, com a finalidade de implementar políticas, programas e planos de ação em relação à mulher, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela secretaria.

Também está sendo proposta a elaboração e execução de políticas públicas sob a ótica do gênero, que envolvam todos os ministérios e órgãos do governo, que deverão ser discutidas durante uma Convenção Nacional pela Efetiva Cidadania das Mulheres. A intenção dessa proposta é buscar o comprometimento dos poderes executivo, legislativo e judiciário, em níveis federal, estadual e do Distrito Federal, bem como da sociedade civil, com as políticas de promoção da igualdade e de combate ao racismo e demais formas de discriminação contra a mulher.

A Convenção indicará "Planos Nacionais de Igualdade e de Combate à Discriminação", que deverão ser regulamentados por lei ou decretos e elaborados pela secretaria que tratará da questão da mulher. Esses planos terão como tema a prevenção e combate à violência contra a mulher, a saúde, a cultural, a comunicação e produção de conhecimentos que in-

corporem as questões de gênero, entre outros.

Outra proposta defendida é a criação de uma instância de defesa dos direitos da mulher dentro da Procuradoria Geral da República, da Defensoria Pública e Procuradoria de Justiça dos Estados. Como medida emergencial propõe-se que seja dada uma atenção especial às mulheres nos programas de combate à pobreza, em particular àqueles responsáveis por famílias, como estratégia para o enfrentamento da crescente feminização da pobreza no País. Isto se traduz, segundo o documento, em ações que considerem as mulheres não apenas como mães e/ou esposas, mas, acima de tudo, como cidadãs e trabalhadoras. Nesse sentido, as ações deverão ser orientadas para a criação de programas especiais de emprego, formação para o trabalho e incentivo e apoio à criação de empresas de mulheres através da facilidade de crédito e de acesso à casa própria.

O documento finaliza cobrando dos candidatos o compromisso público com as propostas apresentadas e alerta que as mulheres estão mobilizadas para lutar por seus direitos.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, com sede em Brasília, também divulgou uma Carta Pelos Direitos da Mulher para as Eleições de 1994 em Brasília. Contém propostas que asseguram os direitos da mulher no âmbito do Distrito Federal.

MÉXICO

A guerra não virá dos zapatistas, alerta Marcos



a revolta de Chiapas, no México, tendo à frente o Exército Zapatista, revelou ao mundo que o neoliberalismo não tem servido para solucionar os problemas mais graves daquele país e de toda a América Latina. O Brasil deve tirar importantes lições do episódio que serviu para desmascarar a imagem de um governo que aspirava a modernização e um lugar no chamado primeiro mundo, às custas da miséria de uma expressiva parte da sua população.

O trunfo utilizado pelo governo mexicano, até a revolta de Chiapas, era sua adesão ao Tratado de Livre Comércio com Canadá e EUA, feita sem a devida consulta popular e sem levar em conta os partidos progressistas.

Estes denunciaram as desvantagens que o tratado traria para o México e as intenções do governo americano em garantir o controle sobre o petróleo e sobre a riqueza da região. Entretanto, o governo não levou estes setores em consideração. Ele achou que era possível conciliar uma modernização artificial com a extrema pobreza da população.

Outros fatores também devem ser ressaltados tais como a falta de legitimidade política, o desrespeito aos povos indígenas e a concentração de renda nas mãos de uma minoria. Minoria que tem sustentado o partido governista (PRI) por 65 anos através de eleições fraudulentas e corruptas.

Segundo analistas políticos do

México, o fato de o PRI ter ganho mais uma vez a Presidência da República, em meio a denúncias de fraude e de tumultos provocados pela ultra-direita que culminou na morte do primeiro candidato governista, faz com que a esquerda e setores progressistas preparem-se para novas lutas. Predomina a expectativa de que a guerrilha voltará com força total não apenas no México, mas em vários países da América Latina. Serão reações aos acordos feitos com o FMI, à miséria, e à adesão ao neoliberalismo, às custas da exploração da maioria da população.

O comunicado divulgado por organizações sociais do México, após o conflito de Chiapas, aponta algumas alternativas que podem ser tomadas

pelo governo daquele país. A primeira implicaria na militarização de Chiapas e na conseqüente repressão contra as forças sociais progressistas; a segunda seria a instalação de uma estratégia política baseada no assistencialismo (é o que tem predominado); e a terceira saída, defendida por estes setores, seria a abertura do diálogo com toda a sociedade que pudesse resultar em um pacto nacional.

É claro que o contexto brasileiro tem especificidades que o diferencia de outros países da América Latina. Entretanto, a concentração de renda e de terra, a corrupção, o assistencialismo e a existência de uma burguesia voltada para interesses de fora e não comprometida com a nação, são aspectos que igualam o Brasil a outros países da A.L. Assim, deverá passar pelo fortalecimento das forças progressistas e dos partidos de esquerda e pela conscientização da sociedade.

O Exército Zapatista realizou, às vésperas da eleição presidencial no México, uma conferência nacional para denunciar as manobras do governo. A seguir alguns trechos do discurso do subcomandante Marcos feito durante o encontro: "mentem ao povo do México aqueles que afirmam que depois de 21 de agosto será reiniciada a guerra se as coisas não saírem como querem os zapatistas".

"Não virá de nós a guerra, não há ultimato zapatista para a sociedade civil. Esperaremos, resistiremos. Somos expertos nisso".

"A voz zapatista atravessou a selva: nunca será o doce a derrota como é a transição pacífica à democracia, à liberdade e à justiça".

O SERPAJ-América Latina, no editorial do seu informativo, após a revolta de Chiapas, criticou duramente o governo mexicano e comentou que as condições de injustiças, a corrupção, a arbitrariedade e a miséria da população não podem ser eternas. "Esperamos que o conflito de Chiapas possa ser abordado a partir do diálogo e do compromisso entre as partes para melhorar a situação de milhões de pessoas que ali vivem. Algumas mudanças políticas, provocadas pela crise, nos dão algumas esperanças."

OCUPAÇÃO NO HAITI

O regresso dos marines

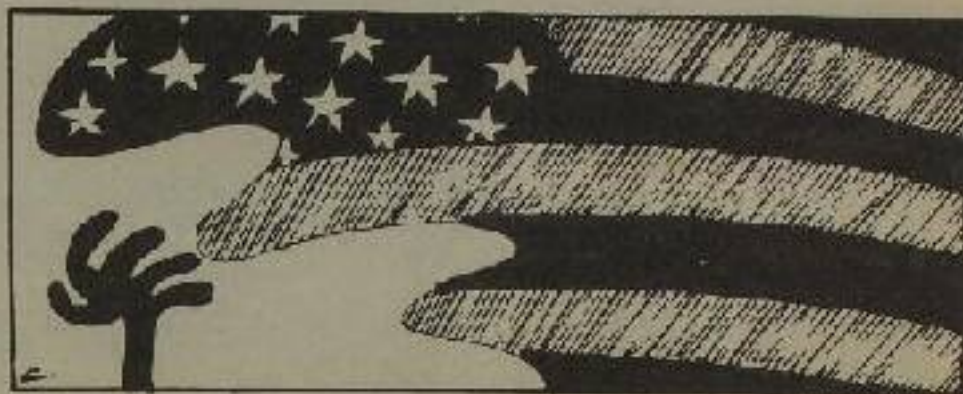


Quando o Conselho de Segurança da ONU aprovou a já famosa resolução 940 que autorizava uma força multinacional, a mando dos Estados Unidos, invadir o Haiti, o SERPAJ/AL publicou em vários países uma declaração que hoje reforça sua vigência. A chegada das tropas a Porto Príncipe é o começo de uma ocupação que não só burla os acordos multilaterais sem dar a legitimidade ao governo de fato que fortalece os interesses estadunidenses na região.

Naquele momento dizíamos que autorizar os EUA a liderar uma força internacional de invasão pra reconhecer o papel da "polícia mundial" que o presidente Bush havia assumi-

do na guerra do Golfo, é um perigo latente para a autonomia de que quer país da região. Também afirmávamos que uma invasão não é nem será a forma de "democratizar" nenhum país, menos ainda quando o controle de suas instituições permanecer por tempo indeterminado a cargo da força invasora que se sente com o pleno direito de impor seus desígnios. Igualmente, o fracasso da diplomacia era considerado por nós como uma falta de seriedade na busca de uma solução justa à crise haitiana (especialmente quando esta foi buscada através do canal multilateral como a CEA e a ONU), refletido especialmente na pouca clareza dos governos integrantes a respeito do Haiti e sua incipiente democracia.

De tirano a colaborador



Da EUA, ao nomearem uma delegação própria para negociar com os militares haitianos o ingresso de sua tropa e os pormenores do regresso de Aristide, assim com o futuro político do país, deixaram claro que a chamada multilateralidade das negociações não foi mais do que uma excusa.

O acordo entre a "Comissão Carter" e Cedras e Cize ignorou os designados na lista do Governador por Aristide e definiu (ou levou a definir) sem consultas, (sem aviso a ONU e a OEA) os alcances do mesmo e a agenda de temas a negociar. Desta maneira, EUA decidiram unilateralmente e conforme seus próprios interesses, o que pretende fazer no Haiti.

As primeiras reações do próprio Aristide indicam que esta "saída de mão" da missão norte-americana em diálogo com os militares haitianos não só legitimam sua presença no país, como também anulam os efeitos de qualquer tentativa de democratização. Essa saída seria imposta pela força (não se sabe a quem) a solução negociada que inclui anistia, permissão de permanência e eleições controladas pelas forças estrangeiras (nas quais o colaborador e amável general Cedras poderá ser candidato).

Ninguém poderia deixar de se alegrar se aceitamos o fato que esta "invasão pacífica" evitou a morte de haitianos a exemplo que do Panamá. Porém, assegurar e legitimar Cedras e sua camarilha (tonton macoutes e attachés incluídos) não assegura que centenas de haitianos sigam morrendo, como tem sido até agora, a mando do exército e da polícia local.

Em resumo, foram envolvidas

as mais altas instâncias diplomáticas internacionais num conflito que, finalmente, resolveu-se ao modo e interesse norte-americano. Entretanto, a população haitiana segue sofrendo os embates do autoritarismo, desproteção e sem saber o que o destino lhe oferece. As expectativas postas no regresso do presidente Aristide chocam com as reduzidas possibilidades de mudança diante de um processo democrático vigiado por tropas estrangeiras (que a última vez demoraram duas décadas para deixar o Haiti). Se para os haitianos, e a comunidade internacional, o objetivo principal é a democratização do Haiti e a superação de sua alarmante pobreza, para os EUA é o controle da imigração e a reafirmação definitiva de sua tutela sobre as forças e motas que a democracia deve ter na (sua) região.

Solução enganosa - Para a comunidade internacional, isto parece mais uma enganação do que uma solução e, até o momento, é uma situação aceita pelo silêncio dos governos, como se perfilara logo na invasão do Panamá, preferem aceitar do que discutir ou contradizer os desígnios da potência regional.

Duro trabalho espera o novo Secretário Geral da OEA. Evidentemente, os bônus de de autonomia regional tem chegado ao seu valor mínimo nas últimas décadas. A incapacidade da organização de fazer cumprir seus próprios acordos está demonstrado uma vez mais. O mesmo acontece com que segue no caminho de legitimar a política hegemônica mundial.

O SERPAJ / BRASIL

O SERVIÇO PAZ E JUSTIÇA (SERPAJ-Brasil), enquanto organização que defende a ação não-violenta, tem papel fundamental para o avanço e a concretização de um plano político estratégico de transformação social para nosso país.

As alternativas apresentadas para a superação dos problemas, quando analisadas profundamente, demonstram estar baseadas em concepções e práticas violentas, quando não apresentam claramente o argumento de que o único meio de resolução dos conflitos e problemas é o uso de meios violentos.

Há uma educação e uma consciência generalizada da violência como instrumento eficaz e solucionador de problemas. A partir do momento em que surge um determinado conflito ou problema na sociedade, as forças policiais, as organizações de segurança privadas e grupos de extermínio passam a agir diretamente sobre esta situação. E o que é pior, conta com o apoio moral da grande maioria da população, principalmente, quando se trata do uso da violência para eliminar os "criminosos", os "infratores", etc.



torea", etc.

É com base nesta presente onda de violência que aumentam as produções de armas convencionais e bélicas, tão reforçadas pelo Estado e por instituições privadas de Segurança.

Uma consciência baseada no uso da violência permite que o Esta-

do, as instituições de segurança, os grupos privados e a população em geral, violem constantemente os Direitos Humanos. Um assassinato, um espancamento, a fome, o desemprego forçado, os baixos salários, a falta de educação, a falta de saúde, etc., nem sempre são vistos como violação.

Esta consciência é transmitida das mais diversas formas, mas principalmente, pela história da humanidade e pela história brasileira, que vem passando de geração para geração, a necessidade do uso da violência como imperativo para a paz. Contra isto, é necessário um longo e intenso trabalho no sentido de mudar esta concepção.

As alternativas de luta e mudanças sociais dos últimos anos tomaram caminho na perspectiva da não-violência. Contudo, compreendemos e definimos este processo como o de uma luta "sem violência". E isto é um pouco distinto da não-violência, conforme nos tem mostrado os grandes mestres da não-violência. Ademocratização do Estado e da Sociedade precisa seguir o caminho atual, contudo, de forma mais radical. A não-violência compreende a radicalização de uma educação e uma conscientização voltada para a defesa dos direitos humanos, na mudança da concepção de competitividade, de egoísmo e individualismo.

Plano de Ação para o triênio 1994/1997

As lutas não-violentas desenvolvidas atualmente no país, muitas vezes, não possuem clareza sobre seu plano estratégico. Isto leva a idéias políticas equivocadas. Por isso, o Programa Formação Não-Violenta deverá realizar cursos de capacitação e formação em torno deste tema para iniciantes e simpatizantes em todos os núcleos de base; realizar cursos sobre o assunto e também de capacitação técnica e administrativa para os membros das coordenações regionais e de grupos de base. Também deverão ser feitos cursos-laboratórios nacionais.

O Programa Educação para a Paz funcionará junto às instituições

formais de ensino e junto ao trabalho de educação popular.

Entre as primeiras serão realizados cursos regionais e treinamento para professores e serão produzidos materiais e subsídios específicos. Em relação à educação popular serão prosseguidas as experiências de apoiar os trabalhos de alfabetização de jovens e adultos e de realizar cursos regionais e nacionais de treinamento para educadores populares.

O Programa Direitos Humanos continuará na mesma linha de ação, isto é, com a realização de eventos para divulgar a defesa e a educação em DH; e com o papel de denunciar os casos de violações, entre os quais,

assassinatos, trabalho escravo, através de uma rede de divulgação a partir da sede nacional. Também prosseguirão as atividades feitas em conjunto com outras entidades, assim como as campanhas públicas de esclarecimento sobre temas gerais como pena de morte, violação dos direitos humanos, entre outros.

O tema Mulher, que faz parte deste programa, continuará sendo tratado através da promoção de debates sobre a discriminação, visando a superação de todo o tipo de racismo. Pretende-se realizar um encontro nacional com os militantes e simpatizantes para tratar este tema. Além disso, o jornal do Serpaj continuará dando espaço para textos so-

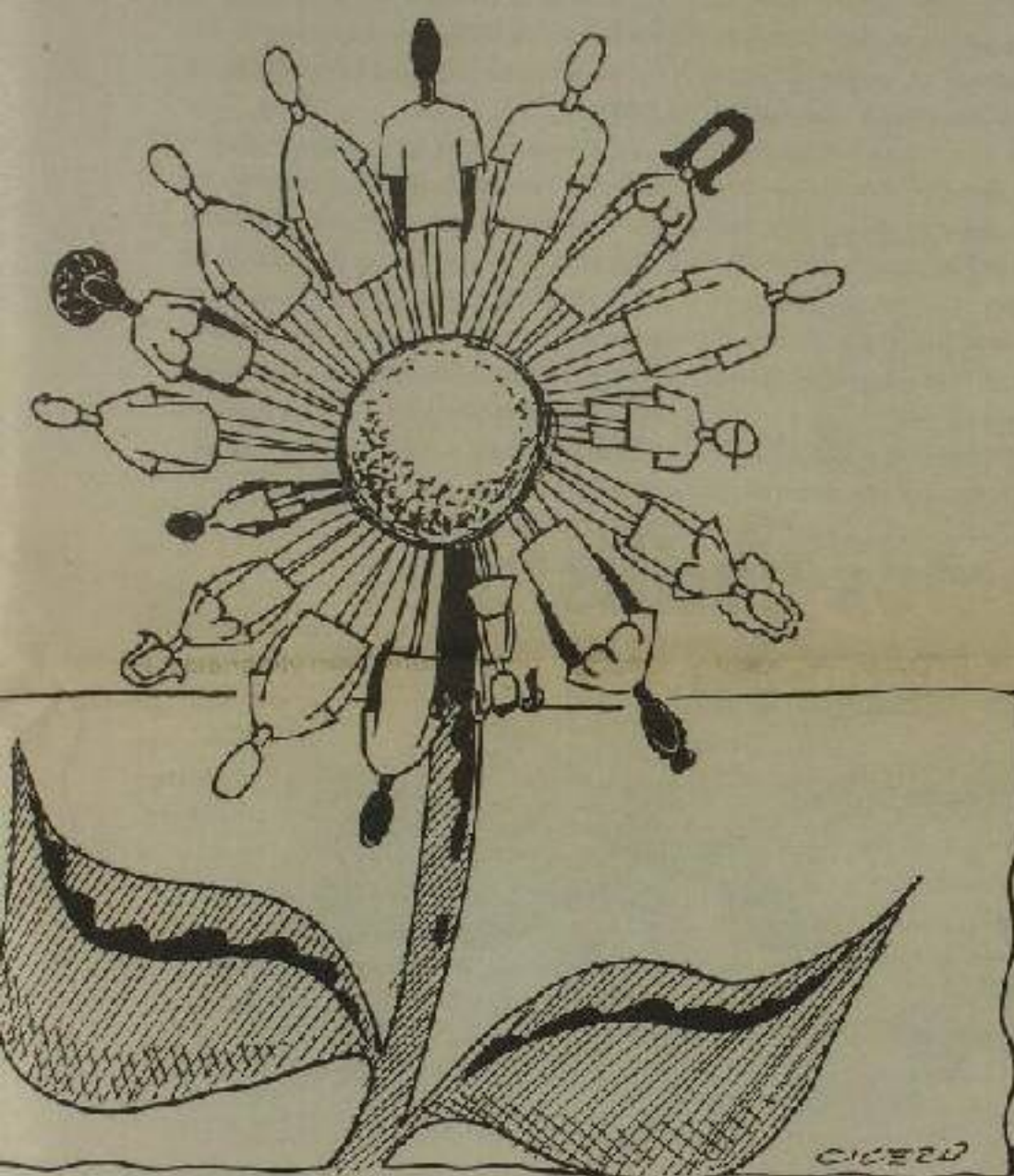
bre a mulher.

Objecção de Consciência continuará sendo um programa voltado para a elaboração de subsídios contendo discussões e dinâmicas para facilitar os trabalhos nos grupos; realização de debates em escolas, igrejas, associações, etc.; divulgação de análises sobre o assunto nos meios de comunicação. Também será priorizado o apoio direto a jovens que não queiram prestar serviço militar obrigatório, através de amparo político e jurídico. As campanhas no dia 15 de maio, Dia Internacional da Objeção de Consciência, continuaram sendo realizadas.

O Programa Publicações é im-



e a não-violência



SOLIDARIEDADE

Diante do crescimento da violência e da falta de ética no país, o Serpaj decidiu que além da não-violência outro princípio que norteará suas ações é o princípio da solidariedade.



doix ou como herança relações sociais que se estabelecem entre os desiguais hierarquizados isto é a relação é sempre entre um su-

A solidariedade é a capacidade de tratar o outro como um igual, através de uma relação baseada no respeito e na ética.

Segundo Marilena Chauf a sociedade brasileira é, estruturalmente, uma sociedade violenta, porque nela não há apenas a violência que é própria do modo de produção capitalista, mas é acrescida de outros dados históricos e sociais. É uma sociedade estruturada a partir de seu governo colonial escravista que

perior e um inferior.

Este tipo de relação social é um dos fatores da realidade extremamente violenta de hoje. A solução passa necessariamente em tentar mudar a ideologia que mantém tudo isso. O primeiro passo será resgatar valores éticos, entre os quais, destaca-se a solidariedade. Os programas da entidade deverão incluir o tema solidariedade em todas as suas atividades.



Coordenação eletiva

importante na medida em que cumpre o papel de divulgar e difundir as ideias e campanhas da entidade. Neste sentido, o Jornal do Serpaj e demais subsídios sobre os temas trabalhados pela entidade terão todo

o apoio. Além disso, espera-se conseguir com a publicação de livros abordando a teoria e a prática da não-violência.

O Programa Relações Nacionais e Internacionais prosseguirá com o objetivo de manter relações de parceria e de apoio mútuo através da realização de atividades feitas em conjunto, ou pela participação de eventos feitos por outras entidades. As relações internacionais deverão ser fortalecidas por meio de intercâmbios com entidades afins, a partir de critérios estabelecidos de

acordo com o interesse de ambas as partes.

Por fim, o Programa de Auto-financiamento é um dos mais importantes pela possibilidade de aprofundar formas de dar continuidade à própria entidade. Todos os regionais deverão incrementar formas de auto-financiamento e deverão repassar 10% para manter a estrutura da sede da entidade. De cada doação do exterior para os regionais, 6% serão destinados para o nacional. O Serpaj carece de um plano específico na formação de militantes nesta área. Neste programa, portanto, deve-se pensar formas de capacitar tecnicamente os militantes para atuar em atividades de auto-financiamento.

a) Realizar cursos de capacitação e formação em Não-Violência

para iniciantes e simpatizantes em todas as núcleos da base;

b) Realizar cursos de formação para coordenadores regionais;

c) Realização de Laboratórios Nacionais com 3 representantes de cada regional.

- Os participantes deste Laboratório assumirão a responsabilidade de coordenar um seminário regional.

A temática dos cursos regionais será definida e assumida no Laboratório, dando um caráter unificado de formação.

- Os participantes serão responsáveis pela produção da MEMÓRIA de todo o processo de formação;

d) Realizar cursos de capacitação técnica e administrativa para os membros das coordenações regionais e de grupos de base.

31 de outubro - Dia internacional pelo desarmamento

Como entidade de princípios não violentos, o 3ERPAJ/Brasil desenvolve todos os anos atividades de divulgação do Dia Internacional pelo Desarmamento. Foram realizadas amplas campanhas nacionais envolvendo todos os grupos de base e a sociedade civil. O objetivo destas campanhas é envolver a sociedade brasileira na discussão da problemática que envolve o militarismo e seus diversos ramos.

Na América Latina e, especificamente no Brasil, o militarismo reforça e fortalece o estado injusto da organização social vigente na região,

isto porque, o papel das forças armadas procura garantir a estrutura desigual, seja ideologicamente ou fisicamente falando. Os valores repassados de geração para geração asseguram o pensamento único e a obediência cega às leis e aos mais fortes. Juntando-se a este fator está o apoio tendencioso do aparato militar à classe social dominante, aos poderosos em detrimento do total desinteresse pela classe trabalhadora e oprimida.

Esta situação propicia o aumento das desigualdades sociais e a consequente violação dos direitos fundamentais da pessoa humana, ou

seja, "os ricos ficam cada vez mais ricos às custas dos pobres que ficam cada vez mais pobres", desassistidos e sem direito de viver dignamente, com moradia, comida, saúde, educação e etc. Isto acontece porque os investimentos nas áreas sociais são inferiores aos das áreas militares que desperdiçam valores absurdos em armamentos sofisticados, artefatos bélicos, usinas de energia atômica nuclear, pagamentos de pessoas que preparam-se constantemente para guerras fantasmagóricas, etc.

Só no mês de julho, o FAE (Fundo Social de Emergência) repassou

25,29% dos seus recursos para os ministérios militares, enquanto destinava 21,36% ao Ministério da Saúde e apenas 10,52% ao Ministério da Educação em todo o 1º semestre de 1994.

Disto, pode-se concluir quem são os verdadeiros inimigos do povo. Porque os efetivos militares não impedem a fome, os tanques não garantem a realização da justiça, os mísseis não propiciam educação básica. Porque os verdadeiros inimigos do povo são as suas necessidades que não são satisfeitas.

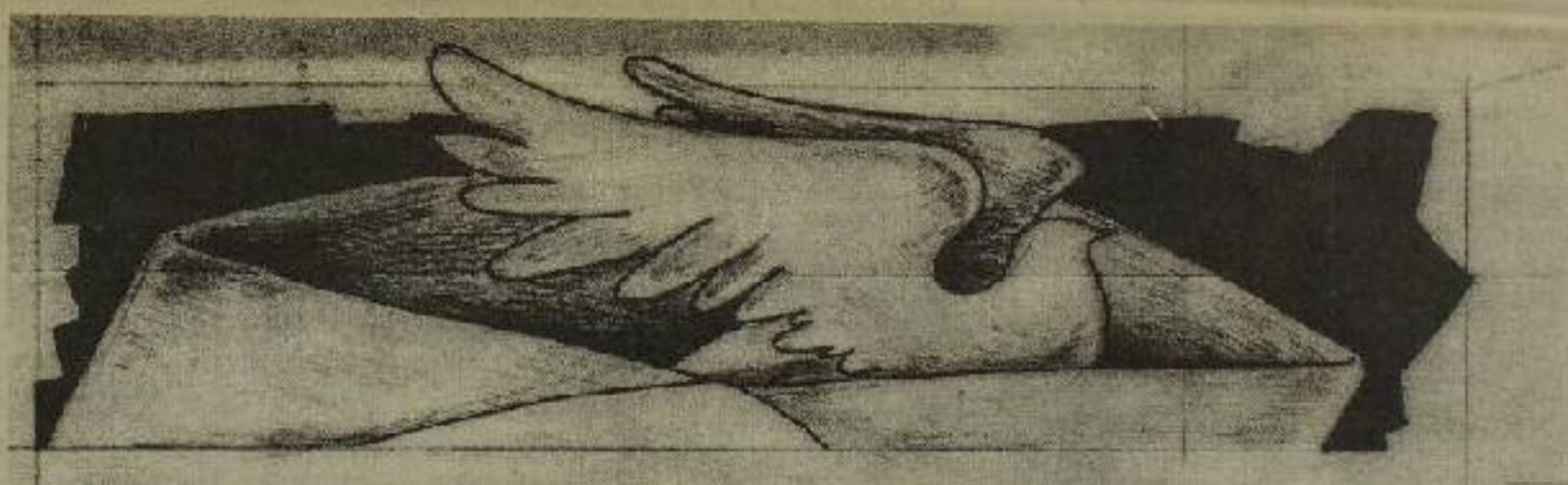
Carta aberta aos movimentos pacifistas

Representantes de alguns dos principais grupos pacifistas da ex-Iugoslávia se reuniram no mês de abril em St. Johan, Salzburgo, Áustria e elaboraram uma Carta Aberta aos Movimentos Pacifistas, escrita de forma privada mas, representando seus grupos. A seguir descrevem os a carta:

Três anos após o começo da guerra no território da ex-Iugoslávia, os grupos e organizações pacifistas nos estados oriundos recentemente trabalham em situações muito variadas, embora na Bósnia-Herzegovina seu trabalho seja quase impossível. Apesar disto, chegamos a algumas conclusões comuns baseando-nos em nossa experiência até o momento e nos contatos com os movimentos pacifistas de todo o mundo.

Acreditamos que os pacifistas que nos visitam têm que estar bem preparados e informados sobre a situação dos países que vão visitar. Para preparar sua estadia, têm que cooperar com os ativistas que têm experiência nesta região e com os grupos e organizações locais. As ações baseadas em pressunções arbitrárias, sem análise e preparação prévias, podem produzir efeito contrário ao desejado.

Uma postura que compartilhamos é que as ações massivas de visita a estes territórios, como a "Caravana da Paz" em 1991 e "Paz Agora" em 1993, não tem efeito nenhum e são um desperdício de energia. Num breve espaço de tempo, um grande número de participantes não pode entender realmente o que aconteceu, nem articular mensagem política alguma, exceto uma oposição à guerra como um todo. Aqueles



que vêm de forma individual ou em pequenos grupos e que cooperam com a gente em pequenos projetos concretos nos ajudam muito mais. Um trabalho contínuo e exaustivo é apreciado. Possíveis soluções fáceis e rápidas devem ser rejeitadas porque são enganosas.

A situação econômica é difícil em todos os novos países. Apesar disto, os grupos pacifistas, as organizações de direitos humanos, grupos de mulheres, etc., trabalham em muitos projetos. Todos eles e os meios de comunicação independentes, necessitam de apoio financeiro e material para suas atividades. A TV Independente é especialmente importante, pois é um meio particularmente poderoso.

A xenofobia, o chauvinismo e o neofascismo estão presentes, hoje em dia, em todos os países europeus. Nós somos uma parte da Europa em que estas tendências, juntamente com a manipulação estatal, culminam em genocídio ("limpeza étnica") e em matanças massivas (Croácia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo). Acreditamos

que nossa luta pelos princípios de tolerância e não-violência são importantes para a Europa. Apesar dos movimentos pacifistas e similares encontrarem esta praga na Europa, em seus próprios países e em nível local, eles são também, uma grande ajuda para nossa luta.

É desconcertante observar, por um lado a defesa da não violência como prioridade dos grupos pacifistas da Europa e por outro lado, a ação violenta das polícias sérvias na Bósnia-Herzegovina. É a última vez que se examinam criticamente as conexões entre guerra e paz, violência e não-violência, depois do que ocorreu na Bósnia. A experiência que se pode extrair disto é suficientemente alienadora para nós, como também, conclui-se que advogar pela paz e a não-violência não é o mesmo que construir a paz e a não-violência, porém, pode ser um obstáculo efetivo no momento de produzir guerra e violência.

Na República Federal Iugoslava e na República da Croácia há regimes autoritários e movimen-

tos de extrema direita. Os efeitos da guerra, a destruição e o sofrimento estão marcadamente presentes e provocam sentimentos negativos que são facilmente manipuláveis. A ação não-violenta é possível e desejada nesta situação. Os ativistas pacifistas e similares que trabalham nestes estados necessitam de apoio em suas lutas cotidianas e em programas a longo prazo sobre educação para a paz, resolução não-violenta de conflitos, proteção dos direitos humanos, ajuda às vítimas da guerra, etc.

Fazemos um chamado aos movimentos pacifistas para:

- exigirem que seus governos pressionem o governo grego para acabar com o bloqueio da Macedônia e começar negociações sem condicionamentos;
- pressionarem as autoridades sérvias com o objetivo de cessar a repressão estatal sobre os albaneses em Kosovo, restituir as instituições democráticas e começar a dialogar com os representantes legítimos dos albaneses, com mediação da comunidade internacional.

Campanha Objeção de Consciência aos Gastos Militares

O SERPAJ/Brasil recebeu da "Campanha Objeção de Consciência aos Gastos Militares" da Itália, uma colaboração financeira para desenvolver trabalhos nesta área. Esta campanha consiste no não pagamento dos impostos fiscais destinados aos gastos militares. É uma forma de desobediência civil contra a produção de armas e para construir na Itália uma defesa alternativa, popular e não-violenta.

Desenvolvida há 12 anos, esta campanha proporcionou muitas mudanças na área político-militar, como o fim dos blocos contrapostos, as aventuras militares "da paz", as guerras do Golfo e da ex Iugoslávia, o "novo modelo de defesa" e o nascimento de novos sujeitos políticos.

O objetivo político da Campanha/94 é a luta pela aprovação da lei de reforma da objeção de consciência e do serviço civil, que prevê a instituição de um departamento pela defesa civil não armada e não-violenta.

Os fundos que estão sendo recolhidos este ano servirão para sustentar o financiamento do departamento acima citado. Este fundo será também destinado aos tradicionais macro-projetos que têm o objetivo de pressionar as instituições.

Dados numéricos levantados pela campanha - No mundo, uma situação preocupante: só na Europa os desempregados são por volta de 17 milhões. 20% da dívida externa dos países do sul foram destinados à aquisição de armamentos. Em 1993 os gastos foram de 1.770 milhões de dólares e esses valores continuam crescendo.

Por outro lado, 30% da população mundial são subnutridas; 500 milhões sofrem de "fome absoluta" (menos de 1.500 calorias diárias).

A UNICEF estima que existam 190 milhões de crianças, com idade abaixo de 5 anos, cronicamente desnutridas em 1994. A entidade também informa que a desidratação, causa da infecção intestinal, é a principal causa de morte das crianças abaixo de 5 anos (2 milhões por ano); e 600 milhões de pessoas não dispõem de água potável.

200.000 crianças estão atualmente sendo recrutadas pelas Forças Armadas de vários países e se

Apoio a um objetor de consciência colombiano

Luis Gabriel Caldas León, jovem colombiano de 18 anos, declarou-se há alguns meses, objetor de consciência ao serviço militar obrigatório.

Luis escreveu cartas ao setor do recrutamento das FFAA - Forças Armadas - e pediu o benefício de um recurso previsto na Constituição colombiana que defende os direitos humanos de qualquer pessoa que sinta os seus direitos ameaçados. Este recurso denomina-se Tutela.

Suas cartas não obtiveram respostas e a Tutela não lhe foi concedida. Luis se oferece a prestar um serviço civil alternativo que é permitido pela lei 99 de 1993, art. 102 e pelo decreto 1743 de 1994.

No momento, uma Junta Militar ordenou sua captura por deserção... Mas, como podem considerá-lo desertor, se não é um membro das FFAA?

A Colômbia votou, em 1987, a Resolução E/ CN.4/1987/L73 da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que recomenda o reconhecimento da objeção de consciência e o estabelecimento de um serviço alternativo. Como também, o art. 18 da Constituição Nacional diz que a liberdade de consciência é um direito fundamental e que: "ninguém estará obrigado a atuar contra a sua consciência".

cia".

Ademais, a lei 99 de 1993 permite o cumprimento do serviço militar, através de um serviço de defesa do meio ambiente, sob proteção dos Ministérios do Meio Ambiente e de Educação. O presidente da Colômbia, Ernesto Samper, comprometeu-se com a defesa dos direitos humanos: seria importante pressioná-lo para que cumpra as suas promessas...

A objeção de consciência, como caminho para construir a paz, necessita do seu apoio. É importante mandar fax ou cartas aos seguintes endereços:

Exmo. Sr. Presidente da República

Ernesto Samper Pizano

Palácio do Narino, Cra. 8 N° 7-40

Bogotá, Colômbia Fax: 571-2-86 74 34

Sr. Ministro de Defesa

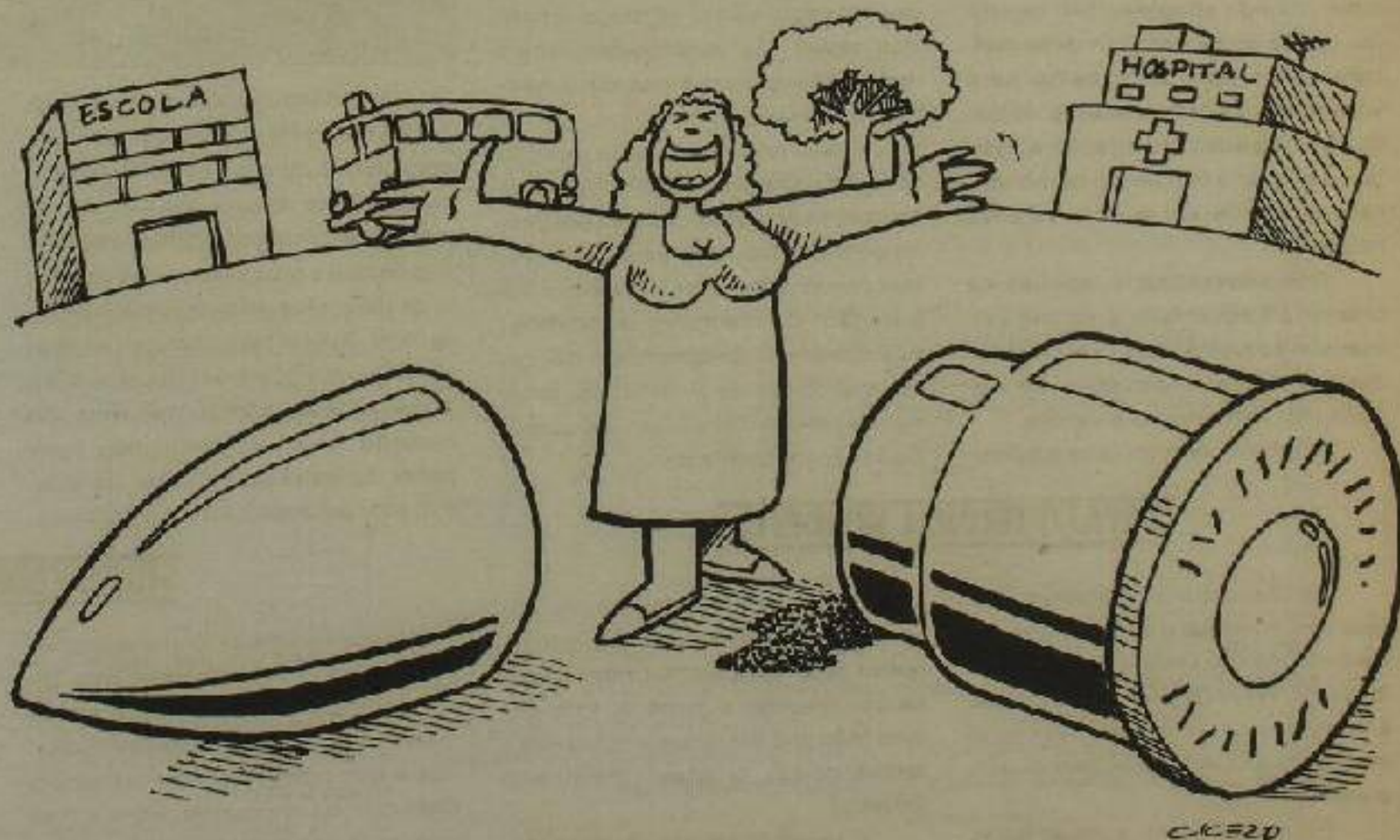
Fernando Botero Zea

Ministerio de Defensa CAN,

Bogotá, Colômbia Fax: 571-2-22 18 74

Com cópia para o Coletivo para a OC, AA 53024,

Bogotá, Colômbia Fax: 571-2-88 04 09



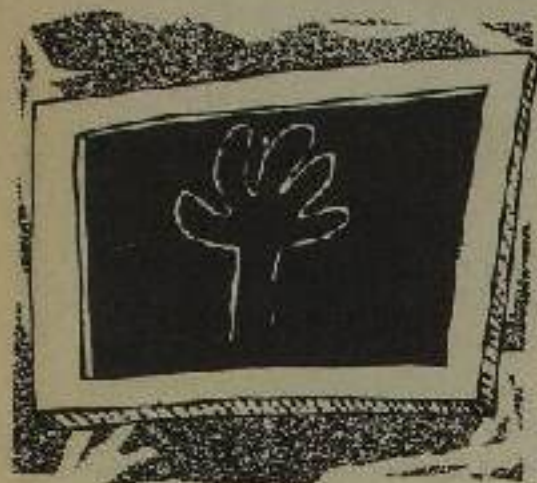
calcula que nos últimos 10 anos as crianças usadas em guerra são em torno de 1.500.000. O jornal da UNICEF denunciou, neste ano, a mutilação de outras 150.000 crianças.

Os gastos militares de 1980 a

1985, têm aumentado o seu ritmo em 3% ao ano, enquanto que, nos países do sul é de 6%. De 1945 até hoje, tem acontecido 150 guerras locais (57 tendo início em janeiro de 94), que têm causado 20 milhões de mortes e 60

milhões de feridos.

100 milhões de bombas atômicas, grande parte de fabricação italiana, já são sepultadas em 56 países, sem que seja possível ter-se um controle por parte da sociedade.

SERPAJ/REGIONAL NORTE I

Com a finalidade de conscientizar sobre a necessidade de uma cultura e de uma política de respeito aos direitos dos trabalhadores do Amazonas, como também, iniciar um processo de Educação Popular para os Direitos Humanos (envolvendo os

integrantes da entidade e trabalhadores das cidades onde a entidade atua) aconteceu o debate sobre "Educação para os Direitos Humanos" em Urucará/AM, de 16 a 17 de julho de 1994.

A discussão proporcionou levantar desafios importantes: "Quando se é educador, se contribui para a formação de idéias e de conceitos, sendo cada um, agente transformador. É preciso mudar a forma de educar, buscando a plenitude da cultura e não limitando a escola e a educação à classe dominante".

Neste sentido, o regional assumiu iniciar um programa no interior do Amazonas de Alfabetização de Jovens e Adultos, com a metodologia de Paulo Freire.

SERPAJ/REGIONAL NORTE II

Realizou-se em Rondon do Pará, durante o mês de maio de 1994, a Pesquisa Pública "Como Vive?" A mesma teve como objetivo conhecer as condições de vida da população carente e buscar medidas alternativas de soluções. Ao todo foram entrevistadas 35 famílias, sendo atingidas 210 pessoas. Todas estas pessoas desenvolvem algum tipo de trabalho para sobreviver, porém, somente 45 estão empregadas, com carteira assinada e salário fixo tendo como renda mensal de um a dois salários mínimos.

Dos entrevistados, apenas 42 crianças frequentam a escola primária e somente dois jovens estudam na escola secundária. As demais não têm acesso à escola.

O bairro onde foi feita a entre-

vista não dispõe de Posto de Atendimento Médico. O único hospital existente não proporciona um bom atendimento. As condições de moradia são péssimas, sem saneamento básico e com falta diária de água para atender as famílias. Num dos bairros os moradores não possuem documentos legais de propriedade das casas. As autoridades locais nunca entregaram estes documentos às famílias.

Como resultado desta pesquisa, surgiu um grupo de mulheres da comunidade que iniciou um processo de discussão destes problemas, buscando alternativas para sua superação. Os membros do SERPAJ assumiram o compromisso de denunciar todos os problemas, junto com a comunidade local, às autoridades responsáveis.

SERPAJ/REGIONAL NORDESTE I

Foi realizado em Fortaleza, nos dias 08 a 10 de julho de 1994, encontro de formação onde o tema central foi a AFETIVIDADE que proporcionou a todos a oportunidade de falar de si mesmos e de sua relação com o outro e com o mundo.

Pelas dinâmicas apresentadas constatarem-se deficiências nas relações pessoais, bem como a necessidade de que cada um se assuma como pessoa, deixando-se ver pelo outro e o vendo como é. Há uma necessidade muito grande de dar mais importância às estas relações,

pela para avançar na luta é preciso conhecer bem quem está lutando ao nosso lado para termos mais segurança, respeito e firmeza. Precisamos "não nos tornar uma coisa entre tantas coisas criadas". (Manfredo Oliveira)

A seguir foram abordadas algumas questões ligadas ao compromisso de cada um com a entidade envolvendo as Dimensões da Vida num movimento de Expressão Corporal: O que penso? Como me expresso? Sentimento? Nossas habilidades? Nosso projeto?

SERPAJ/REGIONAL NORDESTE II

Diante da problemática da educação, o Regional Nordeste II iniciou no mês de julho de 1994 um trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos com o objetivo de possibilitar a aprendizagem da leitura e da escrita àquelas pessoas que não tiveram condições de aprender. É também despertar o senso crítico para os problemas individuais e coletivos que as pessoas enfrentam no seu dia a dia, para encontrar soluções alternativas e conjuntas.

A alfabetização está sendo realizada em Mandacaru/João Pessoa, três vezes por semana, com a participação de 16 alfabetizandos e 2 monitoras.

Com aproximadamente dois meses e meio de alfabetização os alfabetizandos conseguem formar e ler palavras de famílias silábicas já estudadas, ter decisões coletivas, desenvolver a criatividade, divergência nas discussões políticas e socialização do saber.

SERPAJ/REGIONAL NORDESTE III

Aconteceu o mini curso da Educação para a Paz e Direitos Humanos com alunos do 3º ano de Magistério, no dia 30 de agosto em Itanhém. O mesmo foi ministrado pela professora Ana Odália e propiciou o levantamento de conceitos de paz: Paz é fruto de espírito, é estar bem consigo mesmo, ter amigos, alguém em quem confiar, solidariedade, justiça, ter Deus no coração; viver em comunhão, lutar pela democracia em favor da vida. Paz é ter um sistema de governo ade-

quado, valorizar a vida, a natureza, saúde, educação, moradia.

Ter paz é ter vida tranquila, longe da guerra e de ameaças de bombas. Paz é compromisso com os marginalizados da sociedade, é se preocupar com os outros, buscar a liberdade, a vida digna e a democracia. É criticar os erros e propor alternativas para superar os problemas.

Em seguida foram discutidas idéias para desenvolver o respeito na relação entre professor e aluno.

SERPAJ/REGIONAL SUL

Com o objetivo de oferecer subsídios para o desenvolvimento de uma educação voltada para a promoção da paz e dos direitos humanos é que o Regional Sul realizou o Encontro da Educação para a Paz com a temática "Democracia, Direitos Humanos e Educação".

Os métodos utilizados foram dinâmicas de auto-compreensão, de conhecimentos, de integração e cooperação e de resolução de conflitos. Durante todo o encontro foram trabalhados temas relacionados a

Educação para a Paz, tais como: O que é Paz, ilustração e definição; análise da realidade com o grupo que o professor trabalha; análise da realidade nacional; formas e conteúdos na sala de aula; resolução de conflitos na sala de aula; ensino para a paz na sala de aula (há uma proposta de incluir este tema no currículo escolar).

A avaliação do encontro foi bastante positiva, houve muita participação e interesse. Ficou acertado um possível retorno para a realização da segunda etapa.

SERPAJ/REGIONAL SÃO PAULO

O Regional São Paulo realizou no dia 07 de julho de 1994, o I Encontro do Norte e Nordeste Fluminense sobre Não-Violência e Direitos Humanos. Contou com a participação do aposentado da antiga Leopoldina, atual RFFSA, que exerceu um forte papel na economia local até ser semi-desativada pela ditadura militar nos anos 70. Muitos dos presentes pertenceram ao antigo PC (Partido Comunista), onde militaram de forma clandestina nas cidades do entorno com algumas prisões, depoimentos informais, sequestros e até torturas.

O encontro tratou do tema da não-violência destacando as diversas formas de manifestação da violência, seja nos espaços sociais ou nas formas pessoais de relaciona-

mento. Destacou-se ainda as manifestações, as ações, as reações e finalmente o trabalho do SERPAJ frente a este quadro. Na segunda parte foi discutido o tema Direitos Humanos e Cidadania. O tema foi dividido em vários tópicos: cidadão como sujeito de direito, espaço de direito, políticas públicas, eleições gerais com ênfase para os planos de desenvolvimento deficitários, êxodo rural, desenvolvimento voltado para a área urbana, organização e mobilização social e reforma agrária e urbana como uma das soluções para o problema da violência. Foi vista também a problemática da utilização inadequada do solo como uma das maiores causas do empobrecimento da região canavieira, pois das vinte usinas que existiam, atualmente só existem quatro.

SERPAJ/REGIONAL CENTRO-OESTE

Aconteceu no Pedregal/GO, nos dias 02 e 03 de julho de 1994, O Encontro Regional de Formação em Não-Violência e Direitos Humanos. Foram desenvolvidos trabalhos em pequenos grupos para identificar os tipos e as causas da violência, a partir da leitura do texto "A violência institucionalizada" de Nilo Odália. A apresentação dos grupos foi dinamizada através de um rodízio na leitura e explicação de cartazes que continham os resumos e gravuras sobre o tema estudado. Foi discutido ainda o tema da não-violência, onde analisou-se os textos "Antecedentes Históricos do Pensamento Pacifista Contemporâneo" e "A Não-Violência como Princípio Ético Universal" de Eulógio Díaz del Corral.

O povo de Israel, Jesus do Nazaré, os princípios cristãos, a não-violência na Idade medieval e a não-violência como princípio ético universal são os antecedentes históricos do pensamento pacifista. Para aprofundar os dois temas foi utilizada a dinâmica do júri, que consiste em formar três grupos, um para defender a violência, outro para condenar e o júri que dará o veredito final baseado nos argumentos apresentados de ambas as partes.

Para finalizar o encontro foi realizada uma apresentação do 1º Capítulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que a maioria da população não conhece. Estes direitos fundamentais da pessoa humana são violados a cada momento no Brasil.

AGENDA**Regional Norte I**

* ATIVIDADE: Encontro de Mulheres
DATA: 01 e 02 de outubro de 1994
LOCAL: São Sebastião do Uatumã/AM

Regional Norte II

* ATIVIDADE: Encontro de Capacitação em Não-Violência e Direitos Humanos
DATA: 08 e 09 de outubro de 1994
LOCAL: Marabá/PA

Regional Nordeste I

* ATIVIDADE: Caminhada em favor dos Direitos Humanos
DATA: Dezembro de 1994
LOCAL: Quixadá/CE

Regional Nordeste II

* ATIVIDADE: Encontro sobre Direitos Humanos para simpatizantes
LOCAL: João Pessoa/PB
DATA: 21 e 23 de outubro

Regional Nordeste III

* ATIVIDADE: Palestras sobre Paz e Direitos Humanos
DATA: 23 e 24 de outubro de 1994
LOCAL: Itamaraju/BA
* ATIVIDADE: Ato Público "Violência e Cidadania - Pedagogia da Paz e dos Direitos Humanos".
DATA: 22 de outubro de 1994
LOCAL: Praça de Teixeira de Freitas/BA

Regional Centro Oeste

* ATIVIDADE: Debates sobre Direitos Humanos e Armamentismo
DATA: 25 e 31 de outubro de 1994
LOCAL: CAIC (Centro Atendimento Intensivo à Criança) Pedregal/GO
* ATIVIDADE: Debate "Educando para os Direitos Humanos"
DATA: Meados de outubro de 1994
LOCAL: Escola Classe 22 Gama/DF

Regional São Paulo

* ATIVIDADE: Seminário Mulher-Cidadã-Cidadania
DATA: 29 e 30 de outubro de 1994
LOCAL: Itaquaquecetuba/SP
* ATIVIDADE: Ciclo de debates sobre a temática que envolve os direitos humanos.
DATA: Outubro de 1994
LOCAL: Angra dos Reis/RJ

Regional Sul

* ATIVIDADE: Curso de Capacitação em D.H para multiplicadores
DATA: Etapa 28 a 30 de outubro de 1994
LOCAL: São Leopoldo/RS

Conferência Trienal da Internacional de Resistentes à Guerra

A Conferência Trienal da Internacional de Resistentes à Guerra (IRG) acontecerá de 10 a 17 de dezembro de 1994, em São Leopoldo, perto de Porto Alegre, a convite do SERPAJ/Brasil. Faz muitos anos que o SERPAJ/Brasil tem contatos com a IRG, uma organização não-violenta, pacifista e antimilitarista nascida em 1921, na Europa. Membros do SERPAJ participaram da Trienal da IRG na Aland, Finlândia, em 1988 e na Bélgica, em 1991. No encontro em São Leopoldo, espera-se 150 participantes oriundos da Argentina, Chile, Paraguai, Colômbia, Panamá, Guatemala, Índia, Barbados, Timor Leste, África do Sul, Zaire e da América do Norte e da Europa. Eles trocarão experiências e discutirão estratégias de ações comuns, como também, conhecerão outras realidades.

Durante uma semana, serão debatidos vários temas, tendo como palestrantes estudiosos e militantes de diversos países. Entre eles: - Opressão econômica e justiça econômica, com Pablo Frederick, da coordenação do SERPAJ/AL e Elaine Hewitt, da Ilha Barbados; - Mulheres, com Stasha Zajovic, da Iugoslávia e Chaya Shalom, de Israel, terá a participação também, de uma mulher indígena da Guatemala; - Crimes de Guerra, Reconciliação, Impunidade, com Vesna Terselic, da Croácia, Nozizwe Medlala, África do Sul, e uma pessoa do Serpaj; - Nações Unidas: é mais que um clube de vencedores?, com Ricardo Changa, do SERPAJ/Uruguai e Franz Nadler, da Alemanha; - Alternativas às armas, com Jean Marie Muller, da França,



Marcela Rodríguez, da Colômbia e Narayan Desai, da Índia. Para encerrar o encontro, foi convidado Adolfo Pérez Esquivel da Argentina, Prêmio Nobel da Paz.

Foram escolhidos seis temas para serem aprofundados em grupos temáticos. São eles: Mulheres trabalhando contra o militarismo e a violência; Intercâmbio sobre treinamentos em não-violência em diferentes culturas; Recrutamento e estratégias sobre objeção de consciência; Transição à democracia; Violência cotidiana; Insegurança social e urbana; Al-

ternativas às armas; intervenções diretas não-violentas e defesa não-violenta.

Além dos grupos temáticos que serão realizados diariamente, serão feitos também, grupos de trabalho com apenas um encontro para debater um assunto específico. Há muitas coisas e a IRG espera que os participantes do SERPAJ/Brasil e de outras organizações convidadas possam coordenar alguns deles, tais como: conflitos étnicos no Brasil, produção de armas no Brasil, comunidades de base, teologia da libertação, meio

ambiente, agricultura biológica, etc.

O encontro conta com uma equipe de preparação, formada por 06 pessoas e com 15 voluntários para auxiliar nos dias da conferência.

As pessoas que têm interesse em participar do encontro na condição de coordenador de um grupo de trabalho, devem escrever rapidamente ao Serpaj/Regional Sul, Cx. Postal 14, 93001-970, São Leopoldo/RS. Fone: (051) 592-9249.

Juan De Wandelaar
Representante da IRG no Brasil



SERPAJ/BRASIL

SDS - Ed. Venâncio V - sala 313 - CEP: 70393-900 - Brasília/DF
Telefax: (061) 225-8738

Colaboraram nesta edição: Pablo Frederick, M^{te} da Penha Félix, Norberto Chemin, Ângela Stanguerim, Carlos Eduardo Zanatta, Juan De Wandelaar, e Regionais do SERPAJ/Brasil.

Revisão jornalística: Ieda M^{te} Cavalcante.

Editoração eletrônica: André Luiz Ramos

Ilustrações: Clóber e Lilit

Apoio: União Européia

O SERPAJ/Brasil é membro do SERPAJ/América Latina, Organismo Consultivo da ONU Status II do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e mantém relações com a UNESCO (Categoria C).

IMPRESSO

7100000